

Alerta Legislação, nº 40, de 04 a 09 out. 2010

Boletim semanal produzido pela Biblioteca da Casa Civil

	LEGISLAÇÃO FEDERAL
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
06/10/10	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010</u> Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 35, DE 06 DE OUTUBRO DE 2010</u> O PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 489, de 12 de maio de 2010, que "Autoriza a União a integrar, na forma de consórcio público de regime especial, a Autoridade Pública Olímpica - APO, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 22 de setembro do corrente ano. Congresso Nacional, em 6 de outubro de 2010. Deputado MARCO MAIA Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 34, DE 06 DE OUTUBRO DE 2010</u> O PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 488, de 12 de maio de 2010, que "Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. - BRASIL 2016 e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 22 de setembro do corrente ano. Congresso Nacional, em 6 de outubro de 2010. Deputado MARCO MAIA Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 06 DE OUTUBRO DE 2010</u> O PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 487, de 23 de abril de 2010, que "Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; afasta a incidência de restrição à contração de novas dívidas pelos Estados na hipótese de revisão do programa de ajuste fiscal em virtude de crescimento econômico baixo ou negativo; autoriza a União a permutar ações de sua propriedade por participações societárias detidas por entidades da administração pública federal indireta, a deixar de exercer e a ceder o seu direito de preferência para a subscrição de ações em aumentos de capital de sociedades de economia mista federais, a emitir títulos da dívida pública mobiliária federal em substituição de ações de sociedades de economia mista federais detidas pelo Fundo de Garantia à Exportação - FGE, e a realizar aumento de capital em empresas estatais, mediante a transferência de direitos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital; altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências", teve seu</p>

	<p>prazo de vigência encerrado no dia 5 de setembro do corrente ano. Congresso Nacional, em 6 de outubro de 2010. Deputado MARCO MAIA Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência</p> <p><u>DECRETO Nº 7.325, DE 5.10.2010</u> Promulga o Memorando de Entendimento entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o Governo da República Federativa do Brasil para Capacitação em "Software" Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, firmado em Túnis, em 16 de novembro de 2005.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.324, DE 5.10.2010</u> Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS".</p>
05/10/10	<p><u>DECRETO Nº 7.323, DE 4.10.2010</u> Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Banco Central do Brasil (Bacen)	<p><u>RESOLUÇÃO BACEN Nº 3.912, DE 7 DE OUTUBRO DE 2010</u> Dispõe sobre contratações simultâneas de câmbio em caso de migrações internas entre aplicações de investidor não residente no País, nas situações que especifica.</p>
Câmara de Comércio Exterior (CAMEX)	<p><u>RESOLUÇÃO CAMEX Nº 72, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010</u> [...] Art. 1º Da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum, de que trata o Anexo II da Resolução CAMEX nº 43, de 22 de dezembro de 2006, fica excluído, a partir de 24 de novembro de 2010, o código NCM 0303.71.00.</p>
Ministério da Fazenda (MF)	<p><u>PORTARIA MF Nº 505, DE 07 DE OUTUBRO DE 2010</u> Dispõe sobre procedimento para o pagamento de tributos federais devidos pelas entidades mantenedoras de instituições de ensino superior optantes pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), mediante a utilização de Certificados Financeiros do Tesouro Nacional (CFT-E).</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
09/10/10	<p><u>DECRETO Nº 56.273, DE 8 DE OUTUBRO DE 2010</u> Dá nova redação a dispositivos que especifica do Decreto nº 47.303, de 7 de novembro de 2002, que institui e disciplina a composição e o funcionamento do Grupo de Coordenação Estadual e dos Grupos Setoriais de Coordenação a que se refere o artigo 8º da Lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro</p> <p><u>DECRETO Nº 56.272, DE 8 DE OUTUBRO DE 2010</u> Cria o Jardim Botânico de Cubatão, do Parque Estadual da Serra do Mar, e dá providências correlatas</p>

	<p><u>DECRETO Nº 56.271, DE 8 DE OUTUBRO DE 2010</u> Autoriza a Secretaria da Fazenda a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas, visando a cooperação técnica na área de administração tributária e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 56.270, DE 8 DE OUTUBRO DE 2010</u> Integra na estrutura básica da Secretaria da Saúde, o Instituto Butantan, da Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde - CCTIES, dispõe sobre sua subordinação, dá nova redação aos dispositivos que especifica do artigo 6º do Decreto nº 55.315, de 5 de janeiro de 2010, e dá providências correlatas</p>
08/10/10	<p><u>DECRETO Nº 56.266, DE 7 DE OUTUBRO DE 2010</u> Prorroga até 31 de dezembro de 2011 o prazo previsto no artigo 1º do Decreto nº 52.202, de 27 de setembro de 2007, que dispõe sobre a atuação subsidiária da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI na execução dos serviços de defesa agropecuária que especifica</p>
07/10/10	<p><u>DECRETO Nº 56.260, DE 6 DE OUTUBRO DE 2010</u> Altera o Decreto nº 55.479, de 25 de fevereiro de 2010, que institui, na Casa Civil, Comitê Gestor do Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações - SPdoc e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 56.259, DE 6 DE OUTUBRO DE 2010</u> Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 28 de outubro de 2010 e dá providências correlatas</p>
06/10/10	<p><u>DECRETO Nº 56.258, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010</u> Acrescenta dispositivo que especifica ao Decreto nº 46.000, de 15 de agosto de 2001, que cria e organiza a Coordenadoria de Integração da Cidadania - CIC, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 56.257, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010</u> Dispõe sobre o pagamento de horas-aula nos cursos ministrados pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, na forma que especifica, e dá providências correlatas</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SAP - 242, DE 8-10-2010</u> Sistematiza normatização existente para instrução de processos destinados à formalização de convênios firmados com entidades privadas sem fins econômicos, pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Administração Penitenciária</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SAP - 238, DE 7-10-2010</u> Dispõe sobre a constituição de Comissão para a realização de Concurso Público para Analista Administrativo, Analista Sociocultural, Oficial Administrativo, Médico e Psicólogo</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SAP - 235, DE 5-10-2010</u> Reedita com alterações a Resolução SAP-99, de 29 de junho de 2.007, que "Dispõe sobre o Porte de Arma de Fogo, de uso permitido, aos integrantes da carreira de Agentes de Segurança Penitenciária e da classe de Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária, alterada pela Resolução SAP-239, de 09 de setembro de 2.008, que "Altera as instruções normativas para concessão de Porte de Arma de Fogo de uso permitido ao Agente de Segurança Penitenciária</p>

	e ao Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, fora de serviço, que fazem parte integrante...”
Assistência e Desenvolvimento Social	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SF/SEADS DE Nº01, DE 1-10-2010</u> Altera a Resolução Conjunta SF/SEADS-1/09, de 5-5-2009, que dispõe sobre o cadastramento de entidade paulista de assistência social, sem fins lucrativos, no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, para receber crédito relativo a documento fiscal que não indique o consumidor
Casa Civil	ATOS DO GOVERNADOR PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO <u>DELIBERAÇÃO CDPED-2, DE 30-9-2010</u> [...] Artigo 1º - Ficam indicados para compor Comissão de Licitação a ser instituída pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos, incumbida de processar e julgar a Concorrência Pública Internacional para a Concessão Onerosa dos Serviços Públicos de Transporte Metropolitano de Passageiros por Ônibus na Região Metropolitana de Campinas - RMC, os seguintes representantes: [...]
Defensoria Pública do Estado	DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL <u>ATO NORMATIVO Nº 32, DE 4-10-2010</u> Altera o Ato Normativo DPG nº 08, de 08 de fevereiro de 2008, que disciplina, no âmbito da Defensoria Pública do Estado, o procedimento para apuração de atuação irregular de advogado, previsto no parágrafo único da Cláusula Décima do Convênio celebrado com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo
Educação	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>COMUNICADO</u> AOS DIRIGENTES REGIONAIS DE ENSINO, DIRETORES DE ESCOLA E RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES EXECUTORAS BENEFICIÁRIAS DO PDDE/2010 A Secretaria da Educação de São Paulo, considerando a Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e a Resolução CD/FNDE nº 3, de 01 de abril de 2010, comunica os requisitos necessários para a participação do “Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/2010” [...] <p>1 - ESCOLAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA</p> São potenciais beneficiárias do PDDE todas as escolas estaduais [...]
Esporte, Lazer e Turismo	COORDENADORIA DE TURISMO <u>PORTARIA CT - 1, DE 1-10-2010</u> [...] Artigo 1º) Fica instituído o modelo de Registro Geral para hospedagem em hotéis e motéis no Estado de São Paulo, conforme Anexos I a III, que integram esta portaria [...]
Fazenda	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SF/SS DE 02, DE 1º-10-2010</u> Altera a Resolução Conjunta SF/SS-1/10, de 23-7-2010 , que dispõe sobre o cadastramento de entidade paulista de direito privado da área da saúde, sem fins lucrativos, no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, para receber crédito relativo a documento fiscal que não indique o consumidor.
Gestão Pública	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SGP Nº 28, DE 7-10-2010</u> Dispõe sobre o expediente dos Postos do Poupatempo no dia 11 de outubro de 2010

<p>Justiça e Defesa da Cidadania</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SJDC Nº 328, DE 7-10-2010</u> Dispõe sobre a Comissão Interna para análise, manifestação e expedição do Certificado de Entidade Promotora dos Direitos Humanos no âmbito da Pasta e sobre a emissão do Certificado de Entidade Promotora dos Direitos Humanos, para o reconhecimento de isenção nos termos do disposto no artigo 6º, do Decreto n. 46.655/02, que aprova o Regulamento do Imposto Sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD</p>
<p>Procuradoria Geral do Estado</p>	<p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO PGE 67, DE 06-10-2010</u> Disciplina a implantação de Abono de Permanência da folha de pagamento dos honorários advocatícios previstos no artigo 55 da Lei Complementar 93, de 28-05-1974.</p> <p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO PGE 66, DE 06-10-2010</u> Aprova a Política de Senhas proposta pela Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação.</p>
<p>Saneamento e Energia</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA <u>RESOLUÇÃO SSE-12, DE 7-10-2010</u> Aprova minuta padrão de instrumento a ser utilizado quando da celebração de contratos entre a Secretaria de Saneamento e Energia e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp com vistas à prestação de serviços de assistência técnica para atendimento aos Convênios Sanebase, celebrados na forma do Decreto Estadual 52.336-07</p>
<p>Saúde</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SS - 199, DE 6-10-2010</u> Estabelece condições para dispensação de Imunoglobulina anti D para prevenção da Isoimunização Rh em Gestantes, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SS - 197, DE 29-9-2010</u> Estabelece a transferência, mediante adesão, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Programa "Qualis Mais", no exercício de 2010 ao Município que especifica e dá outras providências.</p>
<p>Segurança Pública</p>	<p>POLÍCIA CIVIL DO ESTADO (DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA) <u>PORTARIA DGP - 53, DE 05-10-2010</u> Cria o Comitê de Gestão para assuntos pertinentes ao evento Copa do Mundo - 2014 e dá outras providências</p>
<p>Transportes Metropolitanos</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO STM-75, DE 7-10-2010</u> Institui vagão bicicletário no Expresso Turístico</p>
<p>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-43, DE 7-10-2010</u> Fixa normas gerais para o Calendário Escolar dos Cursos de Graduação para o ano letivo de 2011</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p style="text-align: center;">SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>04/10/10 a 09/10/10</p>	<p>Não houve legislação pertinente ao boletim no período indicado.</p>

Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
09/10/10	<u>LEI Nº 15.314, DE 8 DE OUTUBRO DE 2010</u> (Projeto de Lei nº 351/08, da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher e Lideranças Partidárias) Altera a Lei nº 14.721, de 15 de maio de 2008 , que dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de quadro informativo com nome, registro e especialidade de profissional médico, nos lugares que especifica; dispõe sobre contratos por tempo determinado celebrados, nos termos da Lei nº 10.793, de 21 de dezembro de 1989 , no âmbito da Autarquia Hospitalar Municipal e da Secretaria Municipal da Saúde.
06/10/10	<u>DECRETO Nº 51.838, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010</u> Altera o artigo 14 do Decreto nº 51.415, de 16 de abril de 2010 , que dispõe sobre a cisão da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, conforme autorizado pela Lei nº 15.056, de 8 de dezembro de 2009 .
05/10/10	<u>DECRETO Nº 51.836, DE 4 DE OUTUBRO DE 2010</u> Suspende o expediente nas repartições públicas municipais no dia 11 de outubro de 2010 e determina a compensação das horas não trabalhadas, na forma que especifica.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br
 Casa Civil do Estado de São Paulo
 Centro de Documentação e Arquivo - CDA
 (11) 2193-8107 e 8144
ccivil@sp.gov.br
 Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br
 Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br
 Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107.